

Estela Scandola, assistente social, pesquisadora, professora e militante dos direitos das crianças e adolescentes

Estela Márcia Rondina Scandola é assistente social com sólida trajetória acadêmica e militante. É especialista em Psicologia Social, mestra em Saúde Coletiva e doutora em Serviço Social pelo Instituto Universitário de Lisboa em parceria com a UFPE. É professora e pesquisadora na Escola de Saúde Pública de Mato Grosso do Sul e do Sistema Único de Saúde. Integra importantes espaços de participação social, como a Rede Feminista de Saúde, a Rede Nacional de Educação Popular em Saúde e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Atua em comitês de enfrentamento à violência, ao tráfico de pessoas e à violação dos direitos de crianças e adolescentes. Suas pesquisas abordam temas como gênero, diversidade, infância, juventude e povos indígenas. Ela participa também do coletivo do "Programa Conversê", em web rádio, e escreve nos blogs "Rua Balsa das 10" e "Vida Mulherida".



Confira abaixo as análises feitas pela Estela:

Concentração das notificações de violência sexual em crianças e adolescentes se relaciona à culpabilização das vítimas

A primeira questão é por que as notificações são maiores em crianças e adolescentes do que do público adulto. Tem uma das lógicas mais básicas que é, quanto maior é a idade, menos notificações nós temos. Não significa que são menos violências.

Significa que a sociedade vai sendo mais permissiva à violência de acordo com a idade. Por exemplo, no caso da violência sexual contra meninas, conforme a idade vai aumentando, vai havendo, por meio da sociedade, uma culpabilização dessas meninas.

Quando digo “sociedade”, estou incluindo os agentes públicos – os agentes públicos não estão fora da sociedade, mas eles integram a sociedade. Os agentes públicos passam a culpabilizar as meninas conforme a idade vai aumentando. Por exemplo, o estupro. A sociedade notifica menos as mulheres, porque parte da ideia de que as mulheres são culpadas pelo estupro. Então, a culpabilização das vítimas integra o sistema de maior notificação contra crianças e adolescentes. Esse é um dos aspectos.

Condenação é maior quanto menor for a idade da vítima

O segundo aspecto que é fundamental a gente considerar é que há uma maior visibilidade das crianças menores, ou seja, a sociedade é, nesse caso, mais condenatória dos violadores. Por que eu estou colocando isso? Porque isso nos remete à questão seguinte, que é porque nós temos mais notificações no sistema policial, ou sistema de segurança pública, do que notificações no SUS, ou mesmo nos conselhos tutelares.

A proteção da criança deve se sobrepor à condenação do violador

Essa situação ocorre, porque a visão criminal se sobrepõe à visão de proteção das pessoas. Quando ocorre uma violência, o primeiro pensamento das pessoas é que isso deve ser caso de polícia. Não pensam que isso é um caso de proteção das pessoas. Então, isso é uma situação que merece a nossa atenção. É comum, por exemplo, que a gente pense o que foi feito com o violador. Então, é importante a gente considerar que o violador deveria ter a mesma importância do que a vítima, do ponto de vista da atuação da política pública.

Quando eu estou dizendo que a importância do violador é a mesma importância da vítima, não significa que eu estou querendo dizer que a proteção ao violador tenha que ser igual à proteção da vítima. Mas o que eu quero dizer é que a importância social da vítima tem que se sobrepor à importância da coleta de provas, da prisão do violador. A vítima, a menina, a criança, a adolescente, o menino, esses precisam estar à frente na proteção.

O que significa isso para nós? Significa que meninas e meninos precisam ser prioritariamente acolhidos, ou seja, a prioridade é o acolhimento e não a condenação dos violadores. A proteção dessas pessoas pelo Sistema Único de Saúde, pelo Sistema Único de Assistência Social, no acolhimento pela Educação, precisa se sobrepôr à condenação dos violadores. Não significa que os violadores não serão responsabilizados, mas significa que essas meninas, essas crianças, esses meninos precisam primeiro serem acolhidos, atendidos no seu sofrimento.

“A rede de proteção não está funcionando na magnitude que a rede de responsabilização”

Quando a gente tem mais números na polícia do que números no SUS, do que número no SIPIA [Sistema de Informação para a Infância e Adolescência], começamos a perceber que a rede de proteção não está funcionando na magnitude que a rede de responsabilização. Então, isso coloca para nós um imenso desafio.

Como é que a gente pode verificar isso, é ver o equipamento da segurança pública e o equipamento, por exemplo, da saúde e da assistência social. A segurança pública, que deveria ter uma equipe multiprofissional, não tem. E é muito interessante, porque quando criam a Sala Lilás, por exemplo, ela precisa de recursos humanos das outras políticas para ser equipada.

Mas, se considerarmos a capilaridade da rede de segurança pública e a capilaridade do SUS, o SUS seria muito mais capilar, tem mais unidade de saúde, muito mais unidade de saúde que unidade policial. Ou seja, por que essas violências não chegam antes no SUS? Por que as crianças e adolescentes não são atendidos antes no SUS? É disso que se trata, é isso que a gente precisa perguntar.

A proteção é colocada em segundo plano e a responsabilização é colocada em primeiro plano. Não se trata de priorizar política. Trata-se de colocar que a proteção das crianças precisa ser considerada anteriormente à responsabilização. É disso que a gente precisa falar.

Um exemplo grande disso é a rede de violação dos direitos de criança e adolescente relativa à interrupção da gravidez. Essa interrupção da gravidez tem um serviço em Mato Grosso do Sul e ele é bastante depreciado no trabalho junto com os demais serviços. O que eu quero dizer com isso? Que ele não tem nem recursos humanos e não tem um trabalho efetivo de articulação com a rede toda, porque essa rede toda ainda

não encaminha de forma suficiente as crianças que tiveram uma gravidez advinda da violência. Mato Grosso do Sul é um dos estados com menor índice de atenção às crianças, às meninas grávidas, ou seja, a gente não tem ainda um serviço efetivo de garantia dos direitos de criança e adolescente, especialmente dos direitos sexuais e direitos reprodutivos.

Precariedade no atendimento de adolescentes trans é uma violação dos direitos sexuais

O outro dado importante é a situação dos meninos que são homossexuais ou estão vivendo uma situação de incerteza quanto a sua transexualidade. Nós não temos um serviço que efetivamente atende os meninos e meninas que começam a se identificar com a transexualidade. Não temos esse serviço e não temos ainda no SUS um trabalho efetivo dirigido a crianças e adolescentes trans. A política de saúde mental ainda não atende essas situações. E o fundamentalismo, que hoje está instaurado nas nossas redes de serviços, não deixa que crianças e adolescentes trans possam ser atendidos. Isso é uma violação dos direitos sexuais de crianças e adolescentes.

Prevalência das meninas como vítimas se relaciona ao machismo e ao heterossexismo

Historicamente, a maioria das vítimas são meninas. Desde os anos 90, as estatísticas de exploração sexual mostram que em torno de 80% das vítimas são meninas e 20%, meninos. Isso não significa que seja um dado certo. Significa que é um dado indicativo de que meninas são mais exploradas sexualmente. Derivam daí dois problemas que o movimento da infância tem dificuldade de enfrentar. O machismo e o heterossexismo. O machismo por quê? Ora, se são mais meninas as vítimas de violência, a gente não vai enfrentar este problema com medidas paliativas, mas a gente precisa ir ao cerne do problema que é o machismo, que está colocado na sociedade como um todo.

Meninas e meninos são vítimas de violência. Por exemplo, no caso das meninas com o estupro corretivo, que é o estupro que ocorre quando essa menina se afirma não heterossexual. Esta é uma situação.

A outra questão importante – que a gente ainda precisa tomar em conta, infelizmente, em 2025 – é o fato de meninos não serem denunciados por uma questão de

fundo machista. Ou seja, quando os meninos são vítimas de violação, a sociedade passa a considerar que esse menino possa se tornar homossexual. O heterossexismo atua junto com o machismo na não denúncia da violência sexual contra meninos.

Então, temos situações que precisamos enfrentar, que são muito além do cotidiano da denúncia caso a caso. É preciso enfrentar aquilo que está no fundo, aquilo que proporciona, que faz com que exista a violência sexual. Nesta situação, em especial, o que estamos vendo é que o número de meninos tem aumentado, mas está longe de expressar o que realmente ocorre.

Também há, no mercado de trabalho, invisibilidade dos meninos homossexuais vítimas de violência

Uma das situações que nós percebemos no cotidiano é que quando meninos e meninas são inseridos no mundo do trabalho – e esse é um debate pouquíssimamente realizado –, eles são alvos de assédio moral e assédio sexual. No entanto, os relatos que a gente tem é que mais meninas são vítimas de assédio sexual. Mas os meninos homossexuais que estão no mercado de trabalho também são assediados e isso precisa ser considerado. Ora, a orientação sexual de meninos e meninas é um direito sexual que deveríamos respeitar. No entanto, elas são uma das desigualdades que mais concorre para que eles sejam vítimas de assédio sexual.

Elevadas estatísticas em MS se relacionam ao trabalho histórico de denúncias da rede de garantia de direitos

Sobre Mato Grosso do Sul sempre estar nas mais altas posições do número de denúncias, isso também tem a ver com um trabalho histórico realizado pela rede de garantia de direitos. Não é que aqui existam mais violências, mas sim que aqui a rede denuncia mais.

É preciso considerar o impacto das grandes obras no aumento da violência sexual e o recorte étnico-racial

Mas a questão das grandes obras precisa ser considerada na análise desses números. A explosão da quantidade de estupros em Três Lagoas e na região, agora Ribas do Rio Pardo, Inocência, precisa ser considerado.

Além disso, analisar os números sem fazer o recorte étnico-racial é um grande perigo. Ou seja, dentre todas as denúncias, quem são as crianças e adolescentes cujas violações dos direitos sexuais e direitos reprodutivos estão mais aviltados? São as mais pobres, as pretas e as crianças dos povos originários. Sem esse recorte, corremos o risco de ter políticas equivocadas sem efetivamente ir ao cerne dos problemas que vivenciamos.

As situações da sociedade estão desenhadas no recorte das violações de direitos sexuais, de direitos reprodutivos de crianças e adolescentes.

Contatos da Estela:

(67) 8403-4983

estelasandola@yahoo.com.br